**UNIVERSIDADE CATOLICA DE MOÇAMBIQUE**

Instituto de Ensino a Distância – Tete

**Democracia nas Sociedades Contemporâneas**

Sozinho Macaizo Vilanculos

**Código:** 708221718

Tete, Março, 2025

**Folha de feedback**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Categorias | Indicadores | Padrões | Classificação | | |
| Pontuação máxima | Nota do tutor | Subtotal |
| Estrutura | Aspectos organizacionais | Índice | 0.5 |  |  |
| Introdução | 0.5 |  |
| Discussão | 0.5 |  |
| Conclusão | 0.5 |  |
| Bibliografia | 0.5 |  |
| Conteúdo | Introdução | Contextualização (indicação clara do problema) | 2.0 |  |  |
| Descrição dos objectivos | 1.0 |  |
| Metodologia adequada ao objecto do trabalho | 2.0 |  |
| Análise e discussão | Articulação e domínio do discurso académico (expressão escrita cuidada, coerência/coesão textual | 3.0 |  |
| Revisão bibliográfica nacional e internacional relevante na área de estudo | 2.0 |  |
| Exploração de dados | 2.5 |  |
| Conclusão | Contributos teóricos e práticos | 2.0 |  |
| Aspectos gerais | Formatação | Paginação, tipo e tamanho de letra, paragrafo, espaçamento entre as linhas | 1.0 |  |  |
| Referências bibliográficas | Normas APA 6ª edição em citações e bibliografia | Rigor e coerência das citações/referencias bibliográficas | 2.0 |  |  |

**Índice**

[CAPÍTULO I 1](#_Toc194007190)

[1.1 Introdução 1](#_Toc194007191)

[1.1.1 Objectivo geral: 1](#_Toc194007192)

[1.1.2 Objectivos específicos: 1](#_Toc194007193)

[1.1.3 Metodologia 1](#_Toc194007194)

[CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 2](#_Toc194007195)

[2.1 Democracia nas Sociedades Contemporâneas 2](#_Toc194007196)

[2.1.1 Caracterização da Democracia 2](#_Toc194007197)

[2.2 Importância da Democracia nas Sociedades Atuais 2](#_Toc194007198)

[2.3 Contextualização da Democracia Moçambicana 4](#_Toc194007199)

[2.4 Comparação entre a Democracia Moçambicana e as Democracias de Outros Países 6](#_Toc194007200)

[2.5 Desafios da Democracia Moçambicana 7](#_Toc194007201)

[2.5.1 Desigualdade Econômica e Social 7](#_Toc194007202)

[2.5.2 Centralização do Poder e Fragilidade Institucional 7](#_Toc194007203)

[2.5.3 Corrupção e Governança 8](#_Toc194007204)

[2.5.4 Oposição Política e Pluralismo 8](#_Toc194007205)

[2.6 Possíveis Caminhos para o Fortalecimento da Democracia Moçambicana 9](#_Toc194007206)

[CAPÍTULO III 11](#_Toc194007207)

[3.1 Considerações finais 11](#_Toc194007208)

[Referências bibliográficas 12](#_Toc194007209)

## **CAPÍTULO I**

## **1.1 Introdução**

Neste presente trabalho vamos debruçar sobre a democracia nas sociedades contemporâneas, abordando suas características, importância e desafios em diferentes contextos políticos. A democracia, enquanto um regime de governo fundamentado na soberania popular e na participação ativa dos cidadãos, tem se configurado como um dos pilares das sociedades modernas. A análise se centrará na democracia moçambicana, contextualizando-a historicamente e comparando-a com outras democracias, como a dos Estados Unidos e Portugal. A reflexão sobre os desafios enfrentados pela democracia em Moçambique, como a desigualdade social, a centralização do poder e a fragilidade institucional, permitirá uma compreensão mais ampla das complexidades e das dificuldades que o país enfrenta na consolidação de um sistema democrático robusto.

## **1.1.1 Objectivo geral:**

* Compreender a democracia nas sociedades contemporâneas, com foco na realidade moçambicana e seus desafios.

## **1.1.2 Objectivos específicos:**

* Caracterizar a democracia nas sociedades contemporâneas;
* Descrever a importância da democracia na actualidade;
* Contextualizar a democracia moçambicana;
* Comparar a democracia moçambicana com outras democracias;
* Identificar os principais desafios da democracia em Moçambique.

## **1.1.3 Metodologia**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental e revisão bibliográfica. Foram consultadas obras acadêmicas, artigos e fontes especializadas para explorar a teoria da democracia, o contexto histórico e político de Moçambique, além de comparações com outras democracias contemporâneas. A análise busca identificar os principais desafios da democracia moçambicana, considerando sua evolução e características, e realizar uma reflexão crítica a partir da comparação com democracias como as dos Estados Unidos e Portugal.

## **CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

## **2.1 Democracia nas Sociedades Contemporâneas**

A democracia é um dos pilares fundamentais das sociedades modernas, refletindo-se nas diversas formas de governo que adotam o princípio da soberania popular e do direito à participação política. Portanto, vamos abordar a democracia nas sociedades contemporâneas, com foco especial na democracia moçambicana, e analisar como ela se relaciona com as democracias de outros países, como os Estados Unidos e Portugal.

## **2.1.1 Caracterização da Democracia**

A democracia, em sua definição clássica, pode ser entendida como um regime político em que o poder é exercido pelo povo, seja de forma direta, seja por meio de representantes eleitos. Segundo Schumpeter (2003), a democracia moderna é essencialmente um método para a escolha dos governantes, caracterizando-se pela competição política, a liberdade de expressão e a igualdade de votos. Habermas (2001) complementa essa visão ao destacar que a democracia também envolve uma esfera pública onde os cidadãos podem discutir e deliberar sobre assuntos de interesse comum.

Além disso, a democracia não se limita à simples escolha de representantes, mas também abrange o respeito aos direitos humanos, à independência dos poderes do Estado e à garantia de liberdades fundamentais. A democracia, portanto, é uma construção social e política complexa, que visa promover a justiça, a liberdade e a igualdade (Dahl, 1998).

## **2.2 Importância da Democracia nas Sociedades Atuais**

A democracia, nas sociedades contemporâneas, desempenha um papel central não apenas no funcionamento político, mas também no fortalecimento da coesão social e na promoção da justiça social. Przeworski (1999) destaca que um dos maiores benefícios da democracia é sua capacidade de fornecer uma plataforma para a resolução pacífica de conflitos. Em contextos onde diferentes grupos sociais, étnicos ou religiosos podem ter interesses opostos, a democracia oferece mecanismos institucionais que permitem a negociação e a mediação desses conflitos de maneira civilizada e dentro dos limites da lei. Esse processo de diálogo contínuo e a busca por consenso são fundamentais para manter a estabilidade social e evitar a escalada de tensões que poderiam resultar em violência ou autoritarismo.

Além disso, em um mundo globalizado, a democracia tem se mostrado crucial para a promoção dos direitos humanos e para a cooperação internacional. Em tempos de crescente interdependência econômica, política e cultural, as democracias têm mais capacidade de formar alianças duradouras e eficazes, baseadas no respeito mútuo e na defesa de valores compartilhados, como os direitos civis, a justiça social e a liberdade. A democracia também cria condições para uma maior participação da sociedade civil no processo de decisão sobre questões globais, o que contribui para uma governança mais inclusiva e representativa. A promoção de uma governança democrática em nível global, com o fortalecimento de organizações internacionais que respeitem a soberania dos países, tem sido um dos pilares para a resolução de problemas globais, como as mudanças climáticas, a paz e a segurança internacional, e a redução das desigualdades sociais.

Em momentos de crise, quando há polarização política e desconfiança nas instituições, a democracia se torna ainda mais essencial para garantir a paz social e a estabilidade política. Como argumenta Held (2006), a democracia não é apenas um sistema de governança, mas um processo contínuo de participação ativa dos cidadãos, no qual as diferentes vozes e perspectivas são consideradas nas decisões políticas. Quando os cidadãos se sentem ouvidos e envolvidos, isso fortalece o compromisso com o sistema democrático e reduz a probabilidade de conflitos internos. Em sociedades profundamente polarizadas, onde diferentes grupos podem se sentir marginalizados ou excluídos do processo de decisão, a democracia oferece os mecanismos necessários para que todos os grupos tenham a oportunidade de se expressar, equilibrando os interesses e promovendo o entendimento mútuo.

Além disso, a democracia contribui para o desenvolvimento social ao garantir a transparência e a prestação de contas no governo, incentivando a eficiência na administração pública e a responsabilidade dos governantes. Um governo democrático é mais suscetível a ser monitorado e questionado por uma sociedade ativa, o que diminui a probabilidade de abusos de poder e favorece políticas públicas que atendam às necessidades da população. O desenvolvimento econômico também é favorecido em democracias, pois elas geralmente criam ambientes mais estáveis e previsíveis, que atraem investimentos e permitem o desenvolvimento de políticas inclusivas que buscam reduzir as desigualdades sociais e econômicas.

Portanto, em um mundo de desafios complexos e dinâmicos, a democracia se configura como um elemento indispensável para garantir a paz, a justiça e o bem-estar social. Ela possibilita a convivência pacífica, promove a inclusão de todos os grupos sociais e cria condições para o desenvolvimento sustentável e equilibrado das nações. Em sociedades contemporâneas, sua importância se reflete na capacidade de adaptação às mudanças e na promoção de uma governança que leve em consideração as necessidades e direitos de todos os cidadãos, sem exceção.

## **2.3 Contextualização da Democracia Moçambicana**

A trajetória da democracia em Moçambique é profundamente influenciada pelo contexto histórico que precedeu a independência, em 1975, e pelos eventos que se seguiram. Após décadas de luta pela independência contra o domínio colonial português, Moçambique passou a enfrentar desafios internos significativos, principalmente em função da Guerra Civil que se estendeu até 1992. A guerra entre a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), que se tornara o partido governante após a independência, e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), que se opôs ao regime, deixou cicatrizes profundas na sociedade moçambicana, afetando o processo de construção do Estado e dificultando a implantação de um sistema democrático.

A assinatura dos Acordos de Paz de Roma em 1992 foi um marco fundamental na história do país, pois não apenas pôs fim à guerra civil, mas também abriu as portas para uma transição política que permitiria a instauração de um sistema multipartidário. A Constituição de 1990 e a reforma política estabelecida ao longo da década de 1990 foram instrumentos essenciais para a criação de uma democracia representativa e pluralista, com base no princípio da alternância de poder, o que implicava a organização de eleições livres e justas. As primeiras eleições multipartidárias, realizadas em 1994, foram um teste crucial para a democracia moçambicana, resultando na reeleição de Joaquim Chissano à presidência e consolidando a estrutura democrática no país.

Entretanto, a democracia moçambicana ainda enfrenta desafios profundos que limitam sua eficácia e a capacidade de promover uma governança plenamente inclusiva e justa. Um dos maiores obstáculos é a concentração de poder nas mãos do partido dominante, a FRELIMO. A centralização política tem dificultado a alternância de poder e a competição política, essencial para um sistema democrático robusto. A partir da independência, a FRELIMO consolidou uma posição hegemônica no cenário político e, ao longo dos anos, conseguiu reforçar sua influência nas instituições do Estado, o que tem gerado preocupações sobre a real autonomia do sistema político e a imparcialidade das eleições.

A corrupção é outro grande desafio enfrentado pela democracia em Moçambique. A falta de transparência no uso dos recursos públicos e os casos recorrentes de desvio de fundos públicos têm prejudicado a confiança da população nas instituições democráticas e minado a qualidade da governança. Como ressaltado por Chingono (2018), a corrupção sistêmica não apenas enfraquece a democracia, mas também alimenta a desigualdade social e impede a implementação de políticas públicas que poderiam promover o bem-estar de toda a população, especialmente das camadas mais desfavorecidas.

A desigualdade social, aliada à pobreza em muitas regiões do país, é outro fator que limita a plena participação dos cidadãos no processo democrático. A falta de acesso à educação, à saúde, à infraestrutura básica e à informação dificulta a formação de uma cidadania ativa, essencial para o funcionamento de um sistema democrático. Muitas áreas rurais ainda vivem à margem do processo político, o que impede que a democracia se enraíze de forma eficaz em todo o território nacional.

Além disso, a falta de um sistema eleitoral transparente e a exclusão de alternativas políticas de relevância dificultam o pluralismo político e a efetiva representação dos diferentes grupos sociais. As eleições, embora regularmente realizadas, são frequentemente marcadas por denúncias de fraude e manipulação, o que reduz a confiança da população nos processos eleitorais. Em diversos momentos, a falta de diálogo e de consenso entre as principais forças políticas tem gerado um ambiente de tensões, no qual a oposição se sente marginalizada e a democracia, muitas vezes, se vê comprometida.

Portanto, embora Moçambique tenha dado passos significativos rumo à democracia desde os Acordos de Paz de Roma e a adoção de um sistema multipartidário, a trajetória do país ainda é marcada por obstáculos que dificultam a consolidação de uma democracia plena. A centralização do poder, a corrupção, a desigualdade social e as limitações na participação política ainda são questões centrais que precisam ser resolvidas para garantir um futuro democrático mais inclusivo, transparente e equitativo. A construção de uma democracia verdadeira em Moçambique exige um esforço contínuo de fortalecimento das instituições, combate à corrupção, promoção de maior transparência nos processos eleitorais e, principalmente, a criação de condições que permitam a inclusão ativa de todos os cidadãos no processo político.

## **2.4 Comparação entre a Democracia Moçambicana e as Democracias de Outros Países**

A democracia moçambicana com as de outros países, como os Estados Unidos e Portugal, notam-se semelhanças e diferenças marcantes em diversos aspectos. Nos Estados Unidos, a democracia é consolidada há mais de 200 anos, com um sistema federal que promove a autonomia dos estados, além de uma separação clara entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse modelo garante um equilíbrio de forças, essencial para a estabilidade política. A liberdade de imprensa e o direito de manifestação são pilares fundamentais do sistema político norte-americano, e o processo eleitoral, apesar de suas controvérsias, tem como base uma longa tradição de participação popular e transparência (Lipset, 1994).

Em Portugal, a transição democrática ocorreu de maneira relativamente rápida após a Revolução dos Cravos de 1974, que pôs fim a uma ditadura de décadas e inaugurou uma nova era de liberdade política e direitos civis. O sistema político português, estabelecido com a Constituição de 1976, é baseado em uma democracia representativa e pluralista, com garantias constitucionais que asseguram direitos fundamentais e a liberdade de expressão. A integração de Portugal na União Europeia também desempenhou um papel importante na estabilização das suas instituições democráticas, promovendo reformas políticas e econômicas que fortaleceram a governança no país (Saraiva, 2015).

Por outro lado, Moçambique, após a sua independência em 1975, enfrentou desafios próprios relacionados à construção do Estado democrático. A democracia moçambicana começou a se consolidar com a Constituição de 1990 e os Acordos de Paz de Roma em 1992, que puseram fim à guerra civil e estabeleceram o multipartidarismo. No entanto, apesar dos avanços, o país ainda enfrenta dificuldades significativas. A centralização do poder, a falta de transparência nos processos eleitorais, a corrupção e a fragilidade das instituições políticas dificultam a plena consolidação da democracia em Moçambique. A transição política moçambicana é mais recente e, ao contrário de Portugal, ainda está em um processo de maturação, com desafios econômicos e sociais que impactam diretamente na participação cidadã e na estabilidade institucional.

Essas comparações evidenciam que, enquanto a democracia nos Estados Unidos e em Portugal se encontra em um estágio mais avançado de consolidação e institucionalização, Moçambique ainda trabalha para superar obstáculos históricos e sociopolíticos. A democracia moçambicana precisa lidar com questões estruturais, como a desigualdade social e a fragilidade do sistema de justiça, que dificultam a plena implementação de um sistema democrático funcional e inclusivo.

## **2.5 Desafios da Democracia Moçambicana**

A democracia moçambicana, embora tenha conquistado importantes marcos desde a independência, ainda enfrenta uma série de desafios que dificultam a plena consolidação de um sistema democrático funcional e inclusivo. A persistente desigualdade econômica e social, a centralização do poder, a fragilidade institucional, a corrupção e a limitação da oposição política são os principais obstáculos que comprometem o desenvolvimento democrático no país. Estes problemas não só afetam a legitimidade das instituições democráticas, como também dificultam a participação ativa da população nos processos políticos.

## **2.5.1 Desigualdade Econômica e Social**

A desigualdade econômica e social é uma das maiores barreiras à plena participação cidadã em Moçambique. A pobreza extrema e as grandes disparidades regionais criam um cenário no qual grande parte da população não possui as condições mínimas para exercer sua cidadania de forma efetiva. Nas áreas rurais, especialmente, a falta de acesso à educação, à informação e a serviços básicos limita ainda mais o envolvimento das pessoas nas questões políticas do país (Rogers, 2016). A exclusão econômica e social de vastos setores da população contribui para um ambiente em que as decisões políticas são influenciadas apenas por uma parte da sociedade, minando a representatividade e a legitimidade das instituições democráticas. A falta de inclusão nos processos eleitorais e nas discussões políticas reduz a qualidade do sistema democrático e impede que as políticas públicas atendam às reais necessidades da população.

## **2.5.2 Centralização do Poder e Fragilidade Institucional**

Outro desafio central da democracia moçambicana é a centralização do poder nas mãos do partido governante, a FRELIMO. A concentração do poder político e econômico tem criado um ambiente político pouco competitivo e, muitas vezes, autoritário. A FRELIMO, ao longo dos anos, tem reforçado sua posição dominante, dificultando a alternância política e o pluralismo, que são essenciais para o fortalecimento de uma democracia sólida. Chingono (2018) destaca como a falta de autonomia das instituições, incluindo o judiciário e os órgãos de fiscalização eleitoral, compromete a imparcialidade do sistema político, gerando desconfiança nas eleições e nos processos governamentais. Essa centralização do poder também enfraquece a capacidade do Estado de implementar políticas públicas eficazes, pois as decisões acabam sendo tomadas com base em interesses partidários e pessoais, e não no bem-estar coletivo.

## **2.5.3 Corrupção e Governança**

A corrupção é outro fator que prejudica profundamente a democracia em Moçambique. Como em muitos países em desenvolvimento, a corrupção mina a confiança da população nas instituições e enfraquece a eficácia do governo. A falta de transparência nos processos políticos e a apropriação indevida de recursos públicos dificultam a implementação de políticas públicas e o atendimento das necessidades da população. Przeworski (1999) aponta que a corrupção cria um círculo vicioso que perpetua a desigualdade e a exclusão social, além de prejudicar o funcionamento das instituições democráticas. Em Moçambique, o desvio de recursos e a falta de mecanismos de controle eficazes alimentam a desconfiança popular e enfraquecem o tecido social necessário para uma democracia saudável.

## **2.5.4 Oposição Política e Pluralismo**

A oposição política em Moçambique também enfrenta grandes dificuldades, que limitam o pluralismo e a diversidade política no país. A polarização política entre a FRELIMO e a RENAMO, duas das maiores forças políticas, tem gerado um ambiente de adversarialismo, em que o espaço para um debate construtivo e plural é restrito. Como observa Malaquias (2006), a rivalidade histórica entre essas duas organizações tem enfraquecido a capacidade de desenvolver uma oposição democrática que possa representar de forma eficaz os interesses de diferentes setores da sociedade. Além disso, a marginalização da oposição e a falta de um sistema eleitoral transparente geram um ciclo de exclusão, onde as alternativas políticas são limitadas e a representatividade democrática fica comprometida. A falta de um verdadeiro pluralismo político também impede a inovação nas políticas públicas, criando um sistema político estagnado e pouco receptivo às necessidades da sociedade.

Esses desafios se interligam e reforçam uns aos outros, criando um ciclo vicioso que dificulta a consolidação de um sistema democrático estável e inclusivo em Moçambique. A desigualdade social, a centralização do poder, a corrupção e as dificuldades enfrentadas pela oposição política são obstáculos significativos para a construção de uma democracia plena. Portanto, é essencial que o país adote reformas políticas e institucionais que abordem esses problemas de forma integrada, promovendo a inclusão social, a transparência, o fortalecimento das instituições e a criação de um espaço político mais aberto e democrático.

## **2.6 Possíveis Caminhos para o Fortalecimento da Democracia Moçambicana**

Para o fortalecimento da democracia moçambicana, é necessário um conjunto abrangente de reformas que abarquem tanto o aspecto institucional quanto o social e econômico. A descentralização do poder, como mencionado por Przeworski (1999), é uma das reformas mais urgentes e essenciais. Ao descentralizar o poder, o governo pode criar um sistema mais inclusivo e participativo, no qual as decisões políticas reflitam melhor as necessidades e realidades das diversas regiões do país, especialmente nas zonas rurais, que frequentemente se sentem marginalizadas. Isso também pode ajudar a diminuir a concentração de poder nas mãos de uma elite política e promover uma maior responsabilidade nos níveis locais, onde a gestão pública pode ser mais transparente e responsiva às demandas da população (Przeworski, 1999).

Além da descentralização, é fundamental que o sistema eleitoral seja reformado para garantir que os processos eleitorais sejam mais transparentes, inclusivos e justos. Reformas no sistema de votação, no registro eleitoral e na fiscalização das campanhas eleitorais podem ajudar a reduzir fraudes e garantir que as eleições sejam livres e justas (Przeworski, 1999). A implementação de uma Comissão Nacional Eleitoral independente e a criação de mecanismos de monitoramento internacional das eleições também podem ser passos importantes para aumentar a credibilidade do sistema eleitoral e garantir que a vontade popular seja refletida nos resultados. A transparência nos processos eleitorais deve ser acompanhada pela garantia de liberdade de imprensa, de forma que os cidadãos possam se informar adequadamente sobre as questões políticas, as candidaturas e os projetos de governo, além de poderem expressar suas opiniões sem medo de retaliação (Held, 2006).

No âmbito institucional, uma reforma no sistema judiciário também é crucial para assegurar a independência e a imparcialidade da justiça. O fortalecimento do poder judiciário e das instituições de fiscalização é vital para combater práticas corruptas e garantir que as leis sejam aplicadas de maneira justa e equitativa a todos os cidadãos, independentemente de sua posição política ou econômica. O sistema judicial precisa ter os recursos necessários para garantir uma atuação eficaz, especialmente em relação aos crimes de corrupção, que têm sido um dos maiores obstáculos para o bom funcionamento do sistema democrático em Moçambique (Chingono, 2018).

Outro passo essencial seria o investimento em educação cívica e política, de modo a promover uma cidadania mais ativa e consciente. Isso pode ser feito através da inclusão de programas educativos que incentivem a participação política desde as escolas, além de campanhas públicas que informem os cidadãos sobre seus direitos e responsabilidades no processo democrático. A educação cívica pode fortalecer a noção de que o exercício do voto é um dever cívico e uma ferramenta poderosa para moldar o futuro do país (Przeworski, 1999). Ao desenvolver uma cultura de participação política, Moçambique pode garantir que a democracia se enraize de forma sólida, permitindo que mais cidadãos se envolvam no processo político e se tornem defensores da boa governança.

Finalmente, a luta contra a corrupção deve ser uma prioridade contínua. A corrupção mina a confiança do público nas instituições e perpetua a desigualdade e a injustiça. O fortalecimento das instituições de combate à corrupção, como a Procuradoria Geral da República e a Comissão de Ética, é fundamental para criar um ambiente de maior responsabilidade e transparência. Além disso, é importante que haja uma mudança cultural no país em relação à corrupção, promovendo um compromisso ético e moral tanto entre os governantes quanto entre os cidadãos, para que a cultura da impunidade seja erradicada e um sistema mais justo e equitativo possa ser construído (Rogers, 2016).

Essas reformas, se implementadas de forma eficaz, podem criar uma base sólida para o fortalecimento da democracia moçambicana. Ao garantir a descentralização do poder, a independência das instituições, a transparência nos processos eleitorais, a educação cívica e a luta contra a corrupção, Moçambique pode avançar para um sistema político mais justo, inclusivo e funcional (Held, 2006). O fortalecimento da democracia é um processo contínuo e exige o compromisso de todos os setores da sociedade, desde o governo até os cidadãos, para criar um ambiente de governança mais transparente, responsável e participativo..

## **CAPÍTULO III**

## **3.1 Considerações finais**

A análise dos estudos e fontes consultadas permitiu compreender a complexidade da democracia nas sociedades contemporâneas, com especial enfoque na realidade moçambicana. A partir da comparação com as democracias de outros países, como os Estados Unidos e Portugal, foi possível identificar tanto semelhanças quanto diferenças significativas, principalmente no que se refere à consolidação institucional e aos desafios enfrentados. A democracia em Moçambique, embora tenha avançado desde a independência, ainda enfrenta obstáculos estruturais como a desigualdade econômica, a centralização do poder e a fragilidade das instituições democráticas. A pesquisa evidenciou que, apesar das dificuldades, o fortalecimento das instituições, a promoção da participação cidadã e a transparência nos processos políticos são fundamentais para garantir a estabilidade e o desenvolvimento democrático no país. Portanto, é essencial que o sistema democrático moçambicano busque soluções para esses desafios a fim de garantir uma maior inclusão e uma governança mais eficaz.

## **Referências bibliográficas**

Chingono, M. (2018). *Governo e democracia em Moçambique: Desafios e perspectivas*. Editora Universitária.

Dahl, R. A. (1998). *A democracia e suas críticas*. Editora Vozes.

Held, D. (2006). *Modelos de democracia* (4.ª ed.). Editora Unesp.

Lipset, S. M. (1994). *Política e sociedade nos Estados Unidos*. Editora Paz e Terra.

Malaquias, J. (2006). *A história de Moçambique: Do império à democracia*. Editora 10.

Przeworski, A. (1999). *Democracia e desenvolvimento econômico*. Editora FGV.

Rogers, C. (2016). *Democracia e desigualdade social: Uma análise de Moçambique*. Editora Atlas.

Saraiva, A. M. (2015). *Democracia e transição: O caso de Portugal e Moçambique*. Editora Almedina.

Schumpeter, J. A. (2003). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Editora Record.